

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Texto para as questões de 1 a 6.

No Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Piauí (Core-PI), a atuação do Assistente Jurídico exige domínio da linguagem técnico-administrativa, pois a tramitação de processos, a análise de requerimentos, a elaboração de manifestações e o acompanhamento de atos normativos dependem de registros claros e juridicamente consistentes. Em um órgão de fiscalização profissional, a escrita não se limita à transmissão de dados: ela organiza fundamentos, delimita responsabilidades, previne interpretações incompatíveis e contribui para a segurança dos atos praticados.

A comunicação institucional eficiente pressupõe precisão vocabular, impessoalidade, coesão e respeito à norma-padrão. Um parecer, uma notificação ou uma informação processual mal estruturada pode produzir ruído interpretativo, sobretudo quando emprega conectores inadequados, pronomes sem referente claro, pontuação imprecisa ou formas verbais incompatíveis com o grau de formalidade exigido. Nesses casos, o problema linguístico ultrapassa o plano estético e alcança a própria regularidade da atuação administrativa.

No desempenho de suas atribuições, o Assistente Jurídico deve reconhecer que a clareza não se confunde com simplificação excessiva. Textos institucionais precisam ser acessíveis, mas também tecnicamente suficientes. Por isso, a seleção de palavras, a articulação entre orações, a observância da regência e da concordância, o emprego adequado da crase e a colocação correta dos pronomes átonos constituem recursos indispensáveis à produção de documentos seguros, coesos e compatíveis com o interesse público.

Assim, a competência linguística não representa mero atributo acessório: integra a própria qualidade do serviço prestado pelo Core-PI. Quando a linguagem é usada com rigor, os atos administrativos tornam-se mais transparentes, as decisões ficam mais bem fundamentadas e a relação entre o órgão, os profissionais registrados e a sociedade tende a ser fortalecida.

Fonte: BRASIL. **Manual de Redação da Presidência da República**.

3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018; BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, art. 37; BRASIL. Lei n.º 4.886/1965 (com adaptações).

#### QUESTÃO 1



Considerando a organização das ideias e a finalidade comunicativa do texto, assinale a opção correta.

- (A) O texto apresenta predominância narrativa, pois relata acontecimentos sucessivos ligados à rotina processual do Core-PI.
- (B) O texto apresenta predominância injuntiva, pois determina procedimentos obrigatórios para a redação de pareceres jurídicos.
- (C) O texto apresenta predominância expositivo-argumentativa, pois explica a relevância da competência linguística e sustenta a sua importância para a atuação institucional.
- (D) O texto apresenta predominância descritiva, pois caracteriza fisicamente documentos administrativos e espaços de atendimento.
- (E) O texto apresenta predominância literária, pois privilegia subjetividade, ficcionalização e finalidade estética.

#### QUESTÃO 2



No trecho “Nesses casos, o problema linguístico ultrapassa o plano estético e alcança a própria regularidade da atuação administrativa”, a expressão “Nesses casos” retoma, de modo coesivo,

- (A) as situações em que os pareceres, as notificações ou as informações processuais apresentam falhas de estruturação linguística.
- (B) os atos administrativos praticados pelo Core-PI, em todas as suas etapas de fiscalização profissional.
- (C) a necessidade de simplificação excessiva dos textos produzidos no âmbito institucional.
- (D) a relação entre o órgão, os profissionais registrados e a sociedade.
- (E) o emprego da linguagem literária nos documentos jurídicos e administrativos.

## QUESTÃO 3



Assinale a opção cuja proposta de reescrita apresentada mantém a correção gramatical e o sentido original do trecho “a escrita não se limita à transmissão de dados: ela organiza fundamentos, delimita responsabilidades, previne interpretações incompatíveis”.

- (A) a escrita não se limita à transmissão de dados, embora organize fundamentos, delimite responsabilidades e previna interpretações incompatíveis
- (B) a escrita não se limita à transmissão de dados, pois organiza fundamentos, delimita responsabilidades e previne interpretações incompatíveis
- (C) a escrita não se limita à transmissão de dados, caso organize fundamentos, delimite responsabilidades e previna interpretações incompatíveis
- (D) a escrita não se limita à transmissão de dados, ainda que organize fundamentos, delimite responsabilidades e previna interpretações incompatíveis
- (E) a escrita não se limita à transmissão de dados, quando organiza fundamentos, delimita responsabilidades e previne interpretações incompatíveis

## QUESTÃO 4



Assinale a opção correta, quanto à estrutura morfossintática do período “Textos institucionais precisam ser acessíveis, mas também tecnicamente suficientes”.

- (A) O termo “tecnicamente” exerce função adverbial e modifica o adjetivo “suficientes”.
- (B) O termo “institucionais” exerce a função sintática de predicativo do sujeito, por estabelecer relação com o verbo “ser”.
- (C) A conjunção “mas” estabelece relação conclusiva entre orações independentes.
- (D) O termo “acessíveis” funciona como núcleo do sujeito da oração.
- (E) A expressão “precisam ser” constitui locução nominal de valor explicativo.

## QUESTÃO 5



Assinale a opção correta, quanto à regência verbal e à nominal e quanto ao emprego do sinal indicativo de crase, de acordo com a norma-padrão.

- (A) No trecho “a escrita não se limita à transmissão de dados”, o emprego da crase decorre da regência do verbo “limitar-se” e da presença de artigo feminino antes de “transmissão”.
- (B) No trecho “contribui para a segurança dos atos praticados”, a substituição de “para” por à preserva a correção gramatical do fragmento.
- (C) No trecho “compatíveis com o interesse público”, a substituição de “com” por a é obrigatória pela regência nominal do adjetivo.
- (D) No trecho “dependem de registros claros e juridicamente consistentes”, a substituição da preposição “de” por em mantém a correção gramatical do fragmento.
- (E) No trecho “ela organiza fundamentos, delimita responsabilidades, previne interpretações incompatíveis”, a inserção da preposição “em” antes de “fundamentos” preserva a correção gramatical do fragmento.

## QUESTÃO 6



Assinale a opção correta, quanto aos mecanismos de coesão e aos efeitos de sentido no texto.

- (A) No trecho “Assim, a competência linguística não representa mero atributo acessório: integra a própria qualidade do serviço prestado pelo Core-PI”, a expressão “Assim” introduz uma ideia de conclusão em relação às informações anteriormente apresentadas.
- (B) No trecho “Um parecer, uma notificação ou uma informação processual mal estruturada pode produzir ruído interpretativo”, a palavra “ruído” é empregada em sentido literal, indicando um som físico produzido durante a leitura.
- (C) No trecho “ela organiza fundamentos, delimita responsabilidades, previne interpretações incompatíveis”, a sequência verbal estabelece uma relação de oposição entre ações.
- (D) No trecho “Nesses casos, o problema linguístico ultrapassa o plano estético e alcança a própria regularidade da atuação administrativa”, a expressão “Nesses casos” introduz uma ideia de tempo.
- (E) No trecho “a seleção de palavras, a articulação entre orações, a observância da regência e da concordância”, há quebra de paralelismo sintático.

## QUESTÃO 7



Sabe-se que 1 gigabyte corresponde a  $10^9$  bytes e que 1 exabyte corresponde a  $10^9$  gigabytes. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta o número de bytes correspondente a 1 exabyte.

- (A)  $10^9$  bytes
- (B)  $10^{18}$  bytes
- (C)  $10^{36}$  bytes
- (D)  $10^{72}$  bytes
- (E)  $10^{81}$  bytes

## QUESTÃO 8



Em uma atividade de artes, uma estudante deveria escolher 4 cores diferentes, entre as 7 cores do arco-íris: vermelho; laranja; amarelo; verde; azul; anil; e violeta. Ressalta-se que a ordem em que as cores seriam escolhidas não importava.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número de escolhas possíveis em que aparece, pelo menos, uma das cores amarelo ou verde.

- (A) 20
- (B) 25
- (C) 30
- (D) 32
- (E) 35

## QUESTÃO 9



Gael comprou um queijo em formato de cilindro, com raio da base igual a 10 cm e altura igual a 6 cm. Para retirar um pedaço, ele fez 2 cortes verticais, de cima a baixo, que, vistos de cima, partiam do centro da base até a borda do queijo.

Com base nessa situação hipotética e sabendo-se que o volume desse pedaço era de  $150\pi \text{ cm}^3$ , assinale a opção que apresenta a medida do ângulo central dessa fatia.

- (A)  $30^\circ$
- (B)  $45^\circ$
- (C)  $60^\circ$
- (D)  $90^\circ$
- (E)  $120^\circ$

## QUESTÃO 10



Admitindo-se que as proposições “Se Antonella gosta de abacaxi, então Fabíola gosta de feijoada”, “Fabíola gosta de feijoada se, e somente se, Rafael não gosta de rapadura” e “Rafael gosta de rapadura e Sarita não gosta de sorvete” são verdadeiras, assinale a opção que apresenta a conclusão verdadeira.

- (A) Antonella não gosta de abacaxi, Fabíola não gosta de feijoada, Rafael gosta de rapadura e Sarita não gosta de sorvete.
- (B) Antonella gosta de abacaxi, Fabíola gosta de feijoada, Rafael não gosta de rapadura e Sarita gosta de sorvete.
- (C) Antonella gosta de abacaxi, Fabíola não gosta de feijoada, Rafael gosta de rapadura e Sarita não gosta de sorvete.
- (D) Antonella não gosta de abacaxi, Fabíola gosta de feijoada, Rafael gosta de rapadura e Sarita não gosta de sorvete.
- (E) Antonella não gosta de abacaxi, Fabíola não gosta de feijoada, Rafael não gosta de rapadura e Sarita gosta de sorvete.

## QUESTÃO 11



Assinale a opção que apresenta o algarismo das unidades do número  $20^{26} + 26^{20}$ .

- (A) 0
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## QUESTÃO 12



Em uma planilha salarial de certo Conselho Regional, elaborada no Microsoft Excel 365, havia duas colunas: a coluna SETOR, correspondente ao setor do servidor; e a coluna SÁLARIO, correspondente à compensação mensal de cada servidor.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a fórmula que deve ser utilizada caso se queira calcular a média salarial dos servidores do setor de recursos humanos, selecionando-se todas as entradas das referidas colunas e sem a utilização de quaisquer operações adicionais.

- (A) MÉDIASE
- (B) CONT.SE
- (C) MÉDIA
- (D) SOMASE
- (E) SOMASES

## QUESTÃO 13



Em determinada empresa, foi observado que diversos documentos importantes foram perdidos após uma pane no servidor principal. A investigação da equipe de TI dessa empresa revelou que a empresa realizava *backup* apenas uma vez por mês, armazenando as cópias no mesmo servidor dos arquivos originais. Diante do ocorrido, foi proposta a adoção de uma política de *backup* mais robusta.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se as boas práticas de *backup*, assinale a opção que apresenta a política adequada para impedir que o problema se repita.

- (A) Manter o *backup* no mesmo servidor dos arquivos originais, porém em uma pasta separada, aumentando a frequência para uma vez por semana.
- (B) Realizar *backups* mensais em dois servidores distintos, ambos instalados na mesma sala do servidor principal, para que seja facilitada a recuperação.
- (C) Adotar *backup* mensal armazenado exclusivamente em nuvem, dispensando qualquer cópia, independentemente da criticidade dos dados.
- (D) Substituir a política de *backup* por um sistema de redundância de hardware.
- (E) Realizar *backups* diários, armazenando as cópias em local fisicamente separado do servidor original, como uma nuvem ou mídia externa.

## QUESTÃO 14



Uma organização tinha uma rede interna para compartilhamento de documentos e sistemas de gestão entre seus servidores, acessível apenas dentro das dependências da instituição. Durante certo período, essa organização precisou garantir que os seus servidores trabalhassem remotamente com acesso seguro a esses mesmos sistemas internos. Para isso, foi necessária a adoção de uma solução que permitisse o acesso à rede interna por meio da Internet, mantendo-se a segurança e a restrição aos usuários não autorizados.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a solução adotada pela organização foi a

- (A) substituição da intranet pela Internet, tornando os sistemas internos públicos mediante senha de acesso.
- (B) utilização de uma VPN, que cria um túnel seguro pela Internet, permitindo acesso à intranet remotamente.
- (C) instalação de um novo servidor de e-mail para substituir o acesso aos sistemas internos durante o trabalho remoto.
- (D) migração de todos os documentos para um navegador de Internet, eliminando a necessidade da intranet.
- (E) desativação temporária da intranet e a adoção exclusiva de ferramentas públicas da Internet para a comunicação interna.

## QUESTÃO 15



Após a instalação de um software gratuito baixado de um site desconhecido, o computador de um analista de um Conselho Regional começou a exibir propagandas em excesso, e as suas senhas de acesso aos sistemas internos foram comprometidas. A equipe de TI desse Conselho identificou que o software instalado continha um programa oculto que monitorava as atividades do usuário e transmitia informações confidenciais para servidores externos, sem que o *firewall* da instituição tivesse bloqueado a ameaça.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O *firewall* falhou em sua função principal, que é a de analisar o conteúdo de todos os programas instalados nos computadores da rede.
- (B) O uso de um antivírus seria suficiente para impedir qualquer tipo de monitoramento indevido, o que tornaria o *firewall* dispensável nesse contexto.
- (C) O software gratuito instalado no computador do analista continha um *spyware*.
- (D) No caso em apreço, a função do *firewall* deveria ser a de impedir a instalação de qualquer software de origem desconhecida.
- (E) Além de conter um *adware*, o software gratuito instalado no computador do analista continha um *ransomware*.



## RASCUNHO

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

## QUESTÃO 16



Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), assinale a opção correta.

- (A) A comissão de ética poderá aplicar ao servidor que incorrer em falta ética as penalidades de advertência, suspensão ou censura, de acordo com a gravidade da conduta apurada.
- (B) A penalidade de suspensão aplicada pela comissão de ética será sempre registrada no assentamento funcional do servidor, independentemente do juízo da autoridade competente.
- (C) A falta de natureza ética apurada pela comissão de ética e a infração disciplinar apurada em processo administrativo são responsabilidades indissociáveis, não podendo ser aplicadas de forma independente ao mesmo servidor e pelos mesmos fatos.
- (D) A pena aplicável ao servidor público pela comissão de ética é a de censura, e a sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- (E) A aplicação da censura pela comissão de ética extingue a responsabilidade do servidor pelos mesmos fatos, tornando vedada a instauração de processo administrativo disciplinar com base nas mesmas condutas.

## QUESTÃO 17



De acordo com a Lei nº 8.429/1992 e com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a opção correta, a respeito das modalidades de atos de improbidade administrativa.

- (A) O agente público que percebe vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza pratica, exclusivamente, ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, uma vez que a conduta implica desvio indevido de recursos públicos.
- (B) Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, por não pressuporem enriquecimento ilícito ou dano ao erário, dispensam a demonstração de dolo e da finalidade de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outrem.
- (C) A configuração de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública não depende do reconhecimento da produção de danos ao erário nem de enriquecimento ilícito dos agentes públicos, exigindo-se, contudo, lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- (D) O agente público que recebe vantagem econômica para tolerar a prática de contrabando pratica, exclusivamente, ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, pois a conduta gera prejuízo patrimonial indireto ao Estado.
- (E) A sanção de perda da função pública será, obrigatoriamente, aplicada em qualquer das três modalidades de atos de improbidade administrativa.

## QUESTÃO 18



Conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assinale a opção correta, a respeito das hipóteses que autorizam o tratamento de dados pessoais.

- (A) O tratamento de dados pessoais somente será considerado lícito quando fundado no consentimento livre, informado e inequívoco do titular, sendo vedado ao controlador realizar tratamento com base em qualquer outra hipótese legal.
- (B) Para pessoas jurídicas privadas, o consentimento é a única base legal para o tratamento de dados pessoais. Já as pessoas jurídicas públicas podem tratar dados com base apenas em interesse legítimo genérico, ainda que sem previsão legal, finalidade pública específica ou enquadramento nas hipóteses autorizativas da LGPD.
- (C) O consentimento fornecido pelo titular é irrevogável, de modo que, uma vez manifestado, não poderá ser retirado sem que o titular responda pelos danos eventualmente causados ao controlador em razão da revogação.
- (D) O tratamento de dados pessoais com fundamento no legítimo interesse do controlador é vedado pela LGPD, por não oferecer ao titular mecanismos adequados de controle e transparência.
- (E) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado com fundamento em hipóteses legais diversas do consentimento, expressamente previstas na LGPD, tais como o cumprimento de obrigação legal, a execução de políticas públicas pela Administração Pública e a proteção da vida do titular ou de terceiro.

## QUESTÃO 19



O governo brasileiro anunciou em 2026 um aporte significativo de recursos do Fundo Amazônia para projetos de inovação e sociobioeconomia.

Internet: <funodoamazonia.gov.br> (com adaptações).

Considerando essa informação, assinale a opção que apresenta a instituição financeira que é responsável pela gestão e pela coordenação dos recursos desse Fundo.

- (A) Caixa Econômica Federal (CEF)
- (B) Banco do Brasil (BB)
- (C) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- (D) Banco da Amazônia
- (E) Banco Central do Brasil

## QUESTÃO 20



O setor do agronegócio é um dos pilares do produto interno bruto (PIB) brasileiro, mas enfrenta pressões comerciais internacionais, como a lei da União Europeia (EUDR). A partir dessa informação, assinale a opção que apresenta a exigência que essa lei determina para que seja mantida a importação de produtos brasileiros.

- (A) O Brasil adotar o Euro como moeda de troca.
- (B) Os produtos não serem provenientes de áreas desmatadas (legais ou ilegais), após dezembro de 2020.
- (C) Todo o transporte de grãos ser realizado, obrigatoriamente, por ferrovias elétricas.
- (D) O fim imediato do uso de qualquer tipo de fertilizante químico.
- (E) O Brasil reduzir a sua produção de soja em 50%, até o ano de 2026.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## QUESTÃO 21



Em relação à classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade, tradicionalmente sistematizada pela doutrina brasileira a partir das contribuições de José Afonso da Silva, assinale a opção correta.

- (A) As normas constitucionais de eficácia plena dependem de regulamentação infraconstitucional para produzirem todos os seus efeitos essenciais, embora tenham aplicabilidade imediata.
- (B) O direito de greve do servidor público civil é um exemplo de norma de eficácia plena.
- (C) As normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicabilidade imediata e integral, independentemente de regulamentação posterior, equiparando-se, em efeitos, às normas de eficácia plena.
- (D) As normas programáticas, por veicularem programas e diretrizes, são desprovidas de eficácia jurídica, servindo como recomendação política ao legislador.
- (E) As normas constitucionais de eficácia contida são dotadas de aplicabilidade imediata, direta e integral, mas admitem restrição por norma infraconstitucional ou pela própria Constituição.

## QUESTÃO 22



O Supremo Tribunal Federal exerce, no sistema constitucional brasileiro, a função de guarda da Constituição, atuando, entre outros instrumentos, por meio do controle concentrado de constitucionalidade. A partir dessa informação, assinale a opção correta, acerca desse controle e à luz da Constituição Federal de 1988.

- (A) A ação declaratória de constitucionalidade (ADC) pode ter como objeto tanto lei ou ato normativo federal quanto estadual ou municipal.
- (B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) dispensa a observância do princípio da subsidiariedade quando o ato impugnado for anterior à Constituição Federal de 1988.
- (C) Os efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade são, em regra, vinculantes e *erga omnes*, podendo o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos da declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- (D) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) tem como pressuposto a ausência de medida para tornar efetiva norma constitucional, e, sendo declarada a inconstitucionalidade, o Poder competente será obrigado a editar a norma faltante no prazo improrrogável de 30 dias.
- (E) A legitimidade ativa para a propositura das ações do controle concentrado é universal, abrangendo qualquer cidadão brasileiro no gozo de seus direitos políticos.

## QUESTÃO 23



Com base na organização político-administrativa do Estado brasileiro e à luz da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) Os municípios, embora dotados de autonomia, não integram a Federação brasileira, sendo subordinados administrativamente aos estados em que se localizam.
- (B) O Distrito Federal possui as competências legislativas reservadas exclusivamente aos estados, sendo-lhe vedado legislar sobre matérias de competência municipal.
- (C) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios podem ser realizados diretamente por decreto do governador do estado, dispensada lei estadual.
- (D) Os estados-membros possuem competência legislativa privativa para legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- (E) É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou com seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público.

## QUESTÃO 24



Quanto ao Poder Legislativo, assinale a opção correta, no que concerne à Constituição Federal de 1988 e à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

- (A) As comissões parlamentares de inquérito (CPIs), criadas mediante requerimento de um terço dos membros da respectiva casa legislativa, possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo, por ato próprio, decretar a interceptação telefônica e a busca domiciliar.
- (B) Os deputados federais e os senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, sendo essa imunidade oponível mesmo a manifestações desprovidas de nexos com o exercício do mandato.
- (C) As CPIs devem ser criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo vedada a sua instauração para a investigação de fatos genéricos ou excessivamente amplos.
- (D) É admitida, no ordenamento brasileiro, a edição de medida provisória pelos governadores de estado, independentemente de previsão na constituição estadual.
- (E) A imunidade formal dos parlamentares federais impede o recebimento de denúncia criminal contra eles em qualquer hipótese, exigindo-se prévia autorização da respectiva casa legislativa.

## QUESTÃO 25



Uma autarquia federal, no exercício de seu poder de polícia administrativa, autuou uma empresa privada por descumprimento de norma regulamentar e impôs-lhe multa pecuniária. A empresa autuada, inconformada, alegou, em defesa, que o ato administrativo seria nulo de pleno direito por suposta ausência de motivação adequada.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando o regime jurídico-administrativo.

- (A) Os atos administrativos gozam de presunção absoluta de legitimidade e de veracidade, não se admitindo prova em contrário pelo administrado.
- (B) A motivação dos atos administrativos é exigência decorrente do princípio da publicidade e da ampla defesa, sendo, contudo, dispensável nos atos vinculados, ainda que restritivos de direitos.
- (C) Os atributos do ato administrativo, dentre os quais a autoexecutoriedade, autorizam a Administração a impor, coercitivamente, o cumprimento de seus atos, prerrogativa que, contudo, não dispensa a observância do contraditório e da ampla defesa, quando a medida ostentar caráter sancionatório.
- (D) A multa pecuniária imposta pela autarquia é dotada de autoexecutoriedade, podendo ser cobrada diretamente do administrado mediante constrição patrimonial pela própria Administração, independentemente de execução judicial.
- (E) O poder de polícia administrativa, por seu caráter discricionário, dispensa a observância de procedimento administrativo prévio, podendo a Administração aplicar diretamente sanções pecuniárias sem oportunizar defesa ao administrado.

## QUESTÃO 26



Em relação ao regime jurídico das autarquias e à natureza jurídica dos conselhos de fiscalização profissional, assinale a opção correta.

- (A) Os conselhos de fiscalização profissional possuem natureza jurídica de pessoas jurídicas de direito privado, sujeitando-se, integralmente, ao regime trabalhista celetista e ao controle do Ministério do Trabalho.
- (B) Os conselhos de fiscalização profissional possuem natureza jurídica de autarquias federais, criadas por lei, sujeitas à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, com pessoal regido pelo regime estatutário ou celetista, conforme a legislação aplicável.
- (C) A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) integra a administração pública indireta como autarquia federal, sujeitando-se aos mesmos controles e às mesmas exigências aplicáveis aos demais conselhos profissionais, inclusive licitação para todas as suas contratações.
- (D) Os conselhos de fiscalização profissional não estão sujeitos ao controle pelo Tribunal de Contas da União, por serem entidades privadas que exercem atividade pública por delegação.
- (E) A criação de novos conselhos de fiscalização profissional pode ocorrer por portaria do Ministério da Economia.

## QUESTÃO 27



Acerca das modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a opção correta.

- (A) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, pregão e leilão são as modalidades de licitação previstas na Nova Lei de Licitações.
- (B) O diálogo competitivo é a modalidade aplicável para as contratações cujo objeto envolva inovação tecnológica, sendo vedada a sua utilização em outra hipótese.
- (C) A concorrência é a modalidade aplicável às contratações de grande vulto financeiro, sendo vedada a sua utilização à contratação de serviços comuns.
- (D) O leilão é a modalidade utilizada para a contratação de obras e serviços de engenharia de qualquer valor.
- (E) O pregão é a modalidade adequada para a contratação de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser, objetivamente, definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

## QUESTÃO 28



Uma servidora pública federal estável foi vítima de acidente em via pública, causado por um veículo oficial conduzido por servidor da União em serviço, vindo a sofrer lesões corporais e prejuízos materiais.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca do regime de responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

- (A) A União responde objetivamente pelos danos materiais e morais causados à servidora, independentemente da comprovação de dolo ou culpa do servidor, podendo, em ação regressiva, cobrar do agente o valor pago, hipótese em que a responsabilidade do agente perante o Estado é subjetiva.
- (B) A União responde subjetivamente pelos danos causados à servidora, sendo necessário que ela demonstrasse dolo ou culpa do servidor público para fazer jus à indenização.
- (C) A condição de servidora pública afasta a responsabilidade civil do Estado, uma vez que o regime estatutário disciplina exclusivamente as relações entre o Estado e os seus servidores.
- (D) A Constituição Federal de 1988 estabelece responsabilidade objetiva do Estado por todos os atos comissivos e omissivos de seus agentes, não admitindo qualquer hipótese de exclusão ou atenuação.
- (E) A responsabilidade civil do Estado por ato de seus agentes é solidária com a responsabilidade pessoal do agente, podendo a servidora ajuizar uma ação diretamente contra o servidor causador do dano.

## QUESTÃO 29



A Administração Pública Federal, após regular um procedimento licitatório, contratou uma empresa privada para a prestação de serviços continuados de manutenção predial. No curso da execução contratual, a contratada incidiu em atraso injustificado superior a 30 dias, comprometendo a regular prestação do serviço.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, a respeito do regime de responsabilização da Lei nº 14.133/2021.

- (A) A declaração de inidoneidade pode ser aplicada diretamente, sendo dispensada a instauração de processo de responsabilização.
- (B) A multa de mora pode ser convertida em compensatória, com a extinção unilateral do contrato e a aplicação cumulada de outras sanções.
- (C) A aplicação da sanção de multa exige processo de responsabilização conduzido por comissão de servidores estáveis.
- (D) A extinção unilateral do contrato por inadimplemento depende de prévia autorização judicial.
- (E) A sanção de impedimento de licitar e contratar pode ser aplicada por qualquer servidor do órgão contratante.

## QUESTÃO 30



A respeito do controle da Administração Pública, assinale a opção correta, à luz da Constituição Federal de 1988 e da doutrina majoritária.

- (A) O Poder Judiciário, no controle dos atos administrativos, pode reanalisar o mérito administrativo dos atos discricionários, substituindo a valoração feita pelo administrador.
- (B) O controle exercido pela Administração Pública sobre seus próprios atos decorre dos princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, permitindo à Administração anular os atos ilegais e revogar os atos inconvenientes ou inoportunos.
- (C) O Tribunal de Contas da União é órgão integrante do Poder Judiciário, competente para julgar definitivamente as contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e da administração indireta.
- (D) A Administração Pública exerce controle hierárquico sobre as entidades da administração indireta a ela vinculadas, podendo alterar a competência atribuída por Lei aos referidos entes.
- (E) O controle finalístico, também denominado tutela administrativa, é exercido por meio de subordinação hierárquica entre a Administração Direta e os entes da administração indireta.

## QUESTÃO 31



Uma jovem com 17 anos de idade completos, sem qualquer ato de emancipação, casou-se com a devida autorização dos pais.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz do regime da capacidade civil no Código Civil.

- (A) Pelo casamento, a jovem torna-se emancipada e plenamente capaz para os atos da vida civil.
- (B) O casamento da jovem não produz emancipação, sendo necessária a escritura pública específica dos pais.
- (C) A jovem, por ser menor de 18 anos de idade, permanece absolutamente incapaz, mesmo após o casamento.
- (D) A emancipação pelo casamento restringe-se aos atos de natureza patrimonial.
- (E) A emancipação da jovem depende de homologação judicial posterior ao casamento.

## QUESTÃO 32



Em relação à locação de imóveis urbanos disciplinada pela Lei nº 8.245/1991, assinale a opção correta.

- (A) Em caso de morte do locatário, o contrato extingue-se imediatamente, sem transmissão aos ocupantes do imóvel.
- (B) Nas locações comerciais, o locatário tem direito à renovação compulsória, independentemente de prazo do contrato e de tempo de exploração da atividade.
- (C) É vedada a fiança nos contratos de locação de imóveis urbanos, prevalecendo a caução em dinheiro ou a garantia bancária.
- (D) Nas locações residenciais ajustadas por escrito, com prazo igual ou superior a 30 meses, fixado em único instrumento, findo o prazo, a locação prorroga-se por prazo indeterminado, podendo o locador denunciar o contrato a qualquer tempo, mediante notificação que conceda 30 dias para desocupação.
- (E) Nas locações residenciais com prazo inferior a 30 meses, prorrogadas por prazo indeterminado, a denúncia vazia pode ser exercida pelo locador a qualquer tempo, sem a necessidade de fundamentação.



## QUESTÃO 33



A respeito da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro, assinale a opção correta, à luz do Código Civil, do Código de Processo Civil e da jurisprudência consolidada.

- (A) A desconsideração da personalidade jurídica, no Código Civil, exige a comprovação de abuso da personalidade caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- (B) A desconsideração da personalidade jurídica decreta a extinção da pessoa jurídica, com a consequente baixa de seu registro perante a junta comercial.
- (C) A desconsideração inversa da personalidade jurídica, embora seja reconhecida pela jurisprudência, não tem previsão legal expressa no ordenamento brasileiro.
- (D) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, previsto no Código de Processo Civil, dispensa a citação do sócio cujos bens serão atingidos.
- (E) A simples insolvência da pessoa jurídica, sem a demonstração de abuso, autoriza a desconsideração de sua personalidade.

## QUESTÃO 34



Acerca da tutela provisória prevista no Código de Processo Civil de 2015, assinale a opção correta.

- (A) A tutela provisória, em qualquer de suas modalidades, exige a comprovação cumulativa do *fumus boni iuris*, do *periculum in mora* e da reversibilidade dos efeitos da decisão.
- (B) É vedada a concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública em qualquer hipótese, em razão do princípio da supremacia do interesse público.
- (C) A tutela de evidência exige sempre a demonstração do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- (D) A tutela provisória de urgência antecipada concedida em caráter antecedente, quando não for impugnada pelo réu, tornar-se-á imediatamente acobertada pela coisa julgada material.
- (E) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, podendo ser de natureza antecipada ou cautelar e ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

## QUESTÃO 35



Em relação ao mandado de segurança, assinale a opção correta, de acordo com a Lei nº 12.016/2009 e da jurisprudência consolidada.

- (A) O prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança é de 180 dias, contados a partir da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (B) Cabe mandado de segurança contra qualquer decisão judicial, ainda que dela caiba recurso com efeito suspensivo, desde que seja demonstrada violação a direito líquido e certo.
- (C) A liminar em mandado de segurança não é admissível em qualquer hipótese, devendo o impetrante aguardar a sentença final para ver assegurado o seu direito.
- (D) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (E) O mandado de segurança coletivo somente pode ser impetrado por partido político, sendo vedada a sua impetração por sindicato, por entidade de classe ou por associação.

## QUESTÃO 36



Quanto à execução fiscal disciplinada pela Lei nº 6.830/1980, assinale a opção correta.

- (A) A petição inicial da execução fiscal indicará apenas o juiz a quem é dirigida, o pedido e o requerimento para a citação, o que dispensa a indicação dos demais requisitos do CPC.
- (B) A certidão de dívida ativa goza de presunção absoluta de certeza e liquidez, não admitindo prova em contrário pelo executado.
- (C) Admite-se a vedação à execução fiscal de valor irrisório, considerando-se os parâmetros legais, mas o credor poderá valer-se do protesto extrajudicial e da inscrição em cadastros restritivos.
- (D) Os embargos à execução fiscal devem ser apresentados no prazo de 30 dias, contados da intimação da penhora, e dispensam a garantia do juízo.
- (E) Os conselhos de fiscalização profissional não podem ajuizar a execução fiscal para a cobrança de suas anuidades, devendo valer-se de ação ordinária de cobrança.

## QUESTÃO 37



Acerca dos elementos caracterizadores da relação de emprego, assinale a opção correta, à luz do art. 3º da CLT e da doutrina trabalhista majoritária.

- (A) Os elementos da relação de emprego são pessoa física, pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação, sendo todos cumulativos para sua caracterização.
- (B) A relação de emprego pode ser caracterizada com a presença de apenas um de seus elementos essenciais, sendo desnecessária a cumulatividade.
- (C) A pessoalidade na relação de emprego significa que o empregado pode ser substituído por terceiro a qualquer momento, sem a prévia anuência do empregador.
- (D) A subordinação jurídica é um elemento dispensável da relação de emprego, podendo o empregado executar as suas tarefas com plena autonomia técnica e disciplinar.
- (E) A onerosidade da relação de emprego é satisfeita com qualquer prestação realizada pelo empregador, ainda que não seja pecuniária.

## QUESTÃO 38



De acordo com a Agência Brasil, uma pesquisa recente apontou que 73% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1, desde que não haja redução de salário. O tema, que está em análise pelo Congresso Nacional, provoca debates entre os que apoiam a medida e o que consideram precipitado pelo contexto de produtividade nacional, mas, se for aprovada, ocorrerá de forma gradual, permitindo a adaptação de empresas e de empregados. A partir dessa informação, assinale a opção correta, em relação à duração do trabalho e aos intervalos para descanso, à luz da legislação atual.

- (A) A jornada de trabalho normal é de 8 horas diárias e 44 horas semanais, sendo vedada, em qualquer hipótese, a prestação de horas extras.
- (B) O regime de compensação de horas (banco de horas) somente pode ser instituído por convenção ou acordo coletivo, sendo vedada a sua pactuação individual.
- (C) A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo implica o pagamento, de natureza salarial, de todo o período correspondente, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- (D) O intervalo intrajornada para repouso e alimentação em jornada superior a 6 horas é de, no mínimo, 1 hora e de, no máximo, 2 horas, podendo ser reduzido por norma coletiva, vedada para um período inferior a 30 minutos.
- (E) O trabalho noturno urbano é o realizado entre 23h e 6h, com adicional de, no mínimo, 30% sobre o valor da hora diurna.

## QUESTÃO 39



Em relação aos procedimentos nos dissídios individuais perante a justiça do trabalho, assinale a opção correta, à luz da CLT e da jurisprudência consolidada.

- (A) O *jus postulandi* das partes na justiça do trabalho permite que empregado e empregador atuem em qualquer instância, inclusive perante o Tribunal Superior do Trabalho, independentemente de representação por advogado.
- (B) A revelia, no processo do trabalho, gera presunção absoluta de veracidade dos fatos alegados pelo autor, não admitindo prova em contrário.
- (C) A justiça gratuita no processo do trabalho, após a Lei nº 13.467/2017, é concedida de ofício pelo juiz, independentemente de requerimento ou de comprovação da hipossuficiência.
- (D) O rito sumaríssimo no dissídio individual é aplicável às causas cujo valor não exceda a 40 salários mínimos, devendo a apreciação da reclamação ocorrer no prazo máximo de 15 dias contados de seu ajuizamento, observadas as exceções legais.
- (E) A reconvenção, no processo do trabalho, é incabível, em razão da incompatibilidade do instituto com o procedimento trabalhista simplificado.

## QUESTÃO 40



Quanto à atividade de representação comercial autônoma e à Lei nº 4.886/1965, com suas alterações posteriores, assinale a opção correta.

- (A) Exerce a representação comercial somente a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenhe a mediação para a realização de negócios mercantis em caráter eventual, sendo vedada a sua exploração por pessoa jurídica.
- (B) Exerce a representação comercial a pessoa física ou jurídica, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual, por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos para transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios.
- (C) É facultativo o registro nos Conselhos Regionais para os que exerçam a representação comercial autônoma, sendo a inscrição instrumento meramente informativo e sem consequências para o exercício profissional.
- (D) Pode ser representante comercial qualquer pessoa, sendo vedado aos Conselhos Regionais negar o registro com base em antecedentes criminais, ainda que por sentença criminal transitada em julgado.
- (E) A remuneração do representante comercial é devida apenas se o representante estiver registrado, mas o registro pode ser realizado a qualquer tempo após o início das atividades, sem qualquer consequência.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de que os Conselhos de Fiscalização Profissional ostentam natureza de autarquia federal, submetendo-se ao regime jurídico de direito público em razão da natureza tributária da contribuição que lhes é destinada e do exercício, por delegação legal, do poder de polícia administrativa.

Supremo Tribunal Federal. ADI 1.717/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, Tribunal Pleno, julgado em 7/11/2002 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

## Os conselhos de fiscalização profissional no ordenamento jurídico brasileiro: natureza jurídica e suas implicações

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) natureza jurídica dos conselhos de fiscalização profissional;
- b) regime jurídico aplicável a seus servidores e controle a que se submetem; e
- c) prerrogativas processuais decorrentes dessa natureza.